

OPINIÃO

ECONOMIA - Brasil
EDITORIAL

Os entraves para o desenvolvimento

Na reunião ministerial anterior ao Natal, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva repetiu que deseja “uma bandeira de investimento para empunhar no segundo mandato”. É correto. O Brasil não pode manter uma expansão econômica que é a metade da alcançada por seus concorrentes diretos. Por estas razões, o presidente adiou o chamado “pacote do desenvolvimento” porque não sentiu consenso, minimamente confortável entre seus auxiliares diretos, sobre o sentido das medidas que deveriam ser adotadas.

Para evitar qualquer mal entendido quanto aos limites para tais decisões, o ministro da Fazenda, Guido Mantega, falando no Senado após a reunião ministerial, insistiu em que o governo não pretende “enveredar pelo crescimento fácil com inflação”. E repetiu o presidente ao reafirmar que não há mais espaço para irresponsabilidade fiscal. Foi seguido pelo presidente do Banco Central, Henrique Meirelles: “Há engano em pensar que a economia pode crescer inflacionando”.

As balizas para o espetáculo do crescimento estão dadas. Seria difícil imaginar que, às vésperas da reconfirmação nos res-

pectivos cargos, o ministro da Fazenda e o presidente do Banco Central, fariam declarações deste teor desautorizados pelo presidente. As duas autoridades econômicas falaram neste tom porque há problemas muito reais para que a promessa eleitoral de crescimento de 5% no próximo ano seja cumprida.

Crescimento maior depende da decisão de investir do setor público. Para CNI, 19% dos 20% do PIB em investimentos são da área privada

O primeiro e o maior destes problemas é que desenvolvimento é produto de investimento. Em qualquer lugar do mundo. No terceiro trimestre a economia brasileira produziu R\$ 542,1 bilhões. Nos primeiros nove meses a totalização do PIB atingiu R\$ 1,53 trilhão, conforme os dados do IBGE. Desse volume, os recursos destinados à ampliação dos investimentos produtivos representaram 20,8% do PIB. É um número significativo e alcançou a melhor taxa de investimento para o terceiro trimestre desde

1995. Porém, como ponderou o presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Armando Monteiro Neto, dos 20% investidos no Brasil “o setor privado é responsável por 19%”. Segundo Monteiro Neto, se o setor público não der uma contribuição maior, elevando o investimento para 25% do PIB, o País não consegue crescer 4,5% ou 5%.

Para investir o governo precisa conter gastos orçamentários. Não foi o que aconteceu. Como ocorreu no final da semana passada, o relator da Comissão Mista do Orçamento, senador Valdir Raupp (PMDB-RO) fez sensíveis concessões para fechar o relatório. Em apenas uma delas destinou mais R\$ 1,2 bilhão para o orçamento de saúde, para cobertura de atendimentos de alta e média complexidade e não para atendimento básico. O ministério da Defesa também obteve mais verbas e não só para o controle do tráfego aéreo. Foram destinados R\$ 128,9 milhões para um programa de incorporação de recrutas. E, novamente, os Estados receberam R\$ 1,3 bilhões a mais para o ressarcimento das “perdas da lei Kandir”. Por outro lado, a Receita

Federal já alertou que 2007 “será um ano difícil para recolhimento de tributos” porque as medidas já anunciadas de desoneração fiscal “devem dificultar o trabalho do Fisco”. Ou seja, os impostos serão menores e os gastos maiores.

O governo fixou alguns pontos já conhecidos para o pacote do crescimento. O primeiro deles é conter gastos com servidores, uma medida mais fácil de falar do que praticar, ainda que o horizonte de tempo proposto no pacote para os cortes no funcionalismo seja de 10 anos. Enquanto estímulo ao investimento produtivo, há uma certeza que o governo pretende aumentar de 0,2% para 0,5% os recursos do projeto Piloto de Investimento (PPI), aquela parcela de gastos acordada com o Fundo Monetário Internacional (FMI) que não foi contabilizada no superávit primário. O governo espera dobrar a capacidade de investimento público com esta iniciativa.

Além destas propostas reina a incerteza no pacote do governo. É muito pouco para o “espetáculo dos 5%”. O presidente Lula tem razão ao dizer que o pacote, como estava, era insuficiente para “destravar” a economia brasileira.